

JORNAL DO BRASIL

Um passo significativo

Luiz Orlando Carneiro *

De certa forma, um entendimento nacional foi conseguido na Comissão Mista de Orçamento. É mais do que relevante, num momento de de-



pressão nacional, que uma das comissões mais importantes do Congresso tenha aprovado as propostas governamentais de investimentos para o próximo ano.

E não é por acaso que, no mesmo dia, o presidente da República tenha admitido que o comício em promoção pelo governador Leonel Brizola, contra a privatização da Usiminas, não afetará suas relações com uma figura que, sem dúvida nenhuma, o atrai.

A ajuda do PMDB ao governo, e no caso dos Ciacs o apoio de partidos tão diversos como o PDT e o PDS, do PFL e do PSB, mostram que — apesar dos pregoeiros de uma crise que ressuscitou a velha palavra *impeachment* — é possível,

no Congresso, um entendimento muito mais sério do que se poderia prever há dois meses.

O ministro Alcení Guerra foi um destaque nas negociações que movimentaram o Congresso nos últimos 30 dias. Ontem, o presidente Collor ligou para ele, a fim de dizer que considerava o ocorrido na Comissão Mista de Orçamento “o primeiro passo significativo no entendimento em torno do Emendão”.

O ministro da Saúde, que, como parlamentar, conhece muito bem o Congresso, admitiu ter desenvolvido um trabalho com a paciência de Job, muita humildade e o conhecimento dos interlocutores. E lembrou uma máxima do senador Arnon de Mello segundo a qual, para fazer política, são necessárias três condições: muita paciência, muita paciência e muita paciência.

O deputado Paes Landim, vice-líder do PFL, dizia ontem que “quando o governo faz política as coisas funcionam”. Para ele, o governo precisa aprender a lição da Comissão Mista de Orçamento, e levar a sério a questão da formação de sua base parlamentar.

— Na Argentina — lembra o deputado — o presidente Menem

enfrentou muitas dificuldades e obstáculos, mas tem conseguido, com sua maioria no parlamento, empurrar goela abaixo da sociedade o duro programa de Cavallo.

O problema não é estranho ao Brasil, onde Getúlio Vargas, João Goulart e Jânio Quadros, embora eleitos diretamente, tiveram dificuldades conhecidas.

Minutos antes da votação de anteontem, o deputado Humberto Souto reuniu-se, a portas fechadas, com a bancada de seu partido, o PFL, dando um duro recado: “Para o presidente é uma questão moral a aprovação das verbas para os Ciacs”. E chegou a pedir ao relator João Alves (PFL-BA) que exigisse votação nominal para saber “quem era quem”. O presidente da comissão mista, senador Ronaldo Araújo, não atendeu o pedido.

Mas o PFL, que unido ao PRN forma uma bancada de cerca de 130 deputados, descobriu, anteontem, que pode, junto com um segmento representativo do PMDB, começar a promover o tal entendimento nacional.